

# Apresentação

Educação e sistema: a questão educacional atual  
– Por ocasião dos 60 anos da RBEP

Os 60 anos da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) impendem uma reflexão histórica. Em primeiro lugar, diante do só feito de completarem seis décadas de publicações históricas, que cristalizam o mais acurado pensamento crítico e reflexivo acerca da educação nacional, como é possível perceber a partir dos textos publicados nesta edição comemorativa. Em segundo lugar, porque pensar a educação é uma exigência nacional premente: a sociedade brasileira não tem, ainda, a educação como pauta de discussão urgente – pelo menos não na medida necessária, como necessidade social e economicamente incontornável, como inadiável projeto de país. Não é trivial, em tais circunstâncias, que um periódico especializado na questão educacional sobreviva, por sessenta anos, ante o emudecimento generalizado da sociedade perante a questão educacional no País.

E o que vem a ser a questão educacional do País?

A questão educacional advém da insistência do país em permanecer, geração após geração, como campeão mundial em desigualdade social: o Brasil é um país continental, democrático, industrializado e exportador, com os piores indicadores sociais do mundo, superado apenas por certos países africanos devastados por longas guerras civis. A educação tanto pode ser um veículo de distribuição de renda e de desenvolvimento social e econômico quanto um mecanismo de concentração de renda e de entrave ao trabalho, à pesquisa e ao investimento. A questão educacional do País diz respeito, assim, à formulação de uma agenda para o desenvolvimento nacional a partir da educação.

No ano 2002 o País apresentava uma taxa de analfabetismo de cerca de 11,8% na faixa etária de jovens acima de 15 anos, quando esse índice é de apenas 3,2% na Argentina, 4,2% no Chile e 8,8% no México. Considerando os diferentes segmentos da população, as desigualdades se acentuam, e verificamos que a taxa de analfabetismo entre negros e pardos é duas vezes superior à dos brancos; entre os que moram na zona rural é três vezes maior que a verificada na população urbana; e, finalmente, entre os que ganham até um salário mínimo, a taxa é vinte vezes maior que entre os que ganham mais de dez salários mínimos.

Apenas 9,4% das crianças de até 3 anos de idade possuem atendimento escolar (quando o Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aponta para um atendimento de 50% em 10 anos) e, na faixa de 4 a 6 anos, este índice é de 61,4%. Mesmo na faixa etária obrigatória (de 7 a 14 anos), temos ainda cerca de 1 milhão de crianças fora da escola. Na faixa de 15 a 17 anos, cuja meta é a universalização, a taxa de atendimento é de 83%. Na educação superior, a situação não é melhor: apenas 9% dos jovens a ela têm acesso, e aproximadamente um terço destes, a estabelecimentos públicos.



Além do desafio do acesso, há o da permanência. De cada 100 alunos que ingressam no ensino fundamental a expectativa é que apenas 57 concluam este nível de ensino. Aqui, mais uma vez, verificam-se as disparidades existentes no sistema educacional, pois, considerando a população ocupada, enquanto os brancos concluem em média 8 séries de estudo, este número é de apenas 5,7 séries concluídas por negros e pardos.

É nítido o papel da educação na renovação do desenvolvimento do País. A educação é o gargalo para o mercado de trabalho e pré-condição para o investimento e o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

O Ministério da Educação, dando seguimento a uma concepção sistêmica da educação inaugurada na gestão de Tarso Genro, procurou recompor as bases que permitem uma rediscussão da educação, um revigoramento do debate nacional em torno da educação.

A educação como *sistema* é uma concepção da formação humana como um *processo social*, que não acontece isoladamente na escola, em fases determinadas e bastantes em si mesmas, mas uma parte efetiva da vida do cidadão, que o acompanha desde a educação infantil até a educação profissional, a educação superior ou a pós-graduação acadêmica, conforme o caso.

Nesse sentido, o Ministério da Educação tem envidado todos os seus esforços na articulação entre etapas e modalidades de ensino, para que o sistema da educação nacional seja recomposto. Para tanto, a atuação do Ministério passa pela educação básica, profissional e superior, bem como pela inclusão educacional.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), enviado em junho ao Congresso Nacional, pretende oferecer uma remodelagem no padrão de financiamento da educação básica no País. Trata-se de equalizar as redes públicas municipais e estaduais de ensino infantil, fundamental e médio, bem como de ampliar a cobertura nacional da educação básica, com participação da União em proporção inédita na história do País.

Ainda, a discussão em torno da lei de reforma universitária demarcou o indispensável papel da universidade pública na educação superior. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) constitui um ganho sem ressalvas, pois permitirá a expansão, com qualidade, do setor privado de educação superior. Ainda com relação à educação superior, é necessário mencionar o Programa Universidade para Todos (ProUni), como iniciativa inédita de inclusão social.

Com relação à educação profissional, vale mencionar o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que oferecerá formação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. Trata-se de uma concreta vinculação entre a formação educacional e a profissional, voltada àqueles que mais necessitam. Ademais, o Projeto Escola de Fábrica, também de maneira inédita, levou a escola para o ambiente produtivo, trazendo para o horizonte do jovem a educação profissional como alternativa.

Esses são alguns dos pontos cruciais da gestão do Ministério da Educação, pautada por uma discussão sistêmica da educação. É mais um esforço por tornar a educação parte da agenda diária do País, como requisito para um autônomo desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, o papel da *RBEP* é igualmente crucial: veicular o pensamento pedagógico e educacional mais criativo e crítico, inserido na história nacional, de forma a permitir uma reflexão social constante acerca da educação.

Essa edição comemorativa da *RBEP* demonstra como a visão sistêmica da educação não é inovadora, mas responde a problemas crônicos diagnosticados pelos maiores



intelectuais do País. A educação como sistema social é uma necessidade indispensável para um país que se pretenda justo – social e economicamente.

Urge conjurar a sociedade brasileira para a questão da educação nacional, para tornar a educação um debate constante, para, partindo da educação, formular um projeto de país.

Fernando Haddad  
Ministro de Estado da Educação